

Terra e Poder na Antiga Mesopotâmia – Uma Antropologia Histórica entre os “Primitivos” e os “Modernos” –

Marcelo Rede

Abstract:

What kind of relationship did exist between land control and the political power of complex organizations in Ancient Mesopotamia? Generally, assyriologists used to define power as being an effect of direct control over the productive process. Adopting anthropological approaches, the author thinks, instead, that the role of palaces and temples in allocating resources is of central importance to the study of certain Mesopotamian kinds of power, as the origin of the latter is not to be sought in the area of economic production but in that of wealth distribution. This paper also asserts the need to develop new instruments of analysis with which to prove the articulations existing between politics, on the one hand, and the control of production and appropriation of wealth (as well as the forms, conspicuous sometimes, of expending such wealth), on the other hand.

Alguém que se interesse pelo tema logo perceberá duas idéias recorrentes na literatura sobre o poder palaciano na antiga Mesopotâmia: a primeira delas sugere que o mando do palácio (e, em certos momentos, dos templos) esteve associado intimamente a um domínio extensivo das terras cerealíferas dos vales do Eufrates, Tigre e seus afluentes; a segunda — decorrente da anterior — identifica a base econômica do poder na ação direta das organizações palacianas (e templárias) sobre o solo, o que significaria o controle do processo produtivo agrícola, desde a preparação do terreno até as etapas de distribuição e consumo, isso sem falar do necessário gerenciamento dos recursos hidráulicos.¹ Dai a enfatizar-se o vínculo entre o controle da terra como um meio produtivo e as possibilidades de exercer o domínio sobre alguns setores das relações sociais foi um passo, logo seguido por grande parte dos autores, inclusive muitos de orientação não-marxista. As palavras do arqueólogo J.-Cl. Margueron exemplificam bem o quadro atual: “A fortuna do Oriente-Próximo durante a antiguidade

tem quase sempre uma base fundiária: é a propriedade da terra e os produtos que dela se tira que asseguram a verdadeira riqueza. Ela é também a base da hierarquia social. Por consequência, sua posse confere o poder" (1991, Vol. 1:122).

Entretanto, por trás de um raciocínio muito verossímil, perduram algumas dúvidas incômodas acerca das condições que permitiram uma tão longa existência das estruturas palacianas em cada uma das cidades-reinos que conviveram ou se sucederam por mais de dois mil anos na região, sem que se conheça qualquer exceção significativa, pois mesmo as localidades onde o palácio deixou de existir durante algum tempo gravitaram em torno de sistemas palacianos mais ou menos distantes.² De fato, aquela proposta inicial é insuficiente e, em certo grau, inadequada para explicar a complexidade dos vínculos entre o controle da riqueza fundiária e o exercício do poder. É possível que o lugar predominante, quase monolítico, da terra em uma economia de base agrária, como foi a mesopotâmica, tenha levado a ver inadequadamente as implicações políticas do controle do solo e a desvirtuar o entendimento de seu papel na construção das relações sociais. Todavia, o problema não me parece estar situado principalmente na importância conferida às possibilidades de acesso e manipulação de um elemento central do processo produtivo. Diferentemente, é na natureza da articulação entre apropriação e poder que a hipótese apresenta seus maiores inconvenientes. O que nela é fundamental é que o controle econômico da terra, das oportunidades e frutos daí advindos, gera poder. E o que exige um questionamento é, justamente, a apresentação dessa idéia como um axioma válido para cada realidade estudada, por definição e previamente correto e cuja aceitação dispensaria verificação empírica.

Sabemos, entretanto, que cada sociedade articula a partir de princípios ordenadores diferentes as esferas que a compõem; cada qual coloca em relação de um modo peculiar, por vezes inusitado, os elementos que o observador menos atento julga ocuparem uma função fixa na configuração social.

Assim, mais do que a presença saliente da terra na vida material mesopotâmica, o que permitiu o sucesso daquela concepção foi uma estratégia analítica que considero equivocada e que esteve ora explícita ora dissimulada: a projeção de um modo particular de disposição dos componentes sociais — aquele do mundo moderno — sobre o universo mesopotâmico. Embora de forma menos consistente do ponto de vista teórico, a maioria dos assirólogos seguiu o mesmo caminho dos especialistas em sociedades simples (ou "primitivas"), que creditavam a diferença entre as economias daquelas e a do mundo contemporâneo a uma ques-

tão de grau, de estágio de desenvolvimento, e não de natureza; o que justificaria, metodologicamente, a abordagem das primeiras a partir basicamente dos mesmos instrumentos conceituais utilizados para o entendimento do capitalismo. De onde, a denominação de "formalistas" (anteriores em R. Thurnwald, 1932; mais recentemente M. J. Herkovits, 1952 e R. Firth, 1974; para um exemplo radical no âmbito dos estudos do antigo Oriente-Próximo: M. Silver, 1983, retomado em 1985).

O problema a ser colocado, então, é o das formas da articulação entre terra e poder em uma sociedade específica. Na Mesopotâmia, ao longo de toda sua história, a associação foi essencial e bastaria uma rápida observação das fontes palacianas ou templárias para percebê-la. Mas, se esta constatação é clara, o mesmo não se poderá dizer sobre todo o resto e é preciso reconhecer que pouco foi escrito com propriedade sobre o assunto.

Economia e poder: o debate antropológico

Um texto publicado em 1960, no qual Marshal Sahlins tratava da relação entre economia e poder nas chamadas sociedades primitivas, servirá como meu ponto de partida na tentativa de uma análise circunstanciada. Nele, Sahlins reage à projeção das relações econômicas e sociais da ordem capitalista sobre as comunidades simples, alertando para seu fundamento etnocêntrico e para as distorções que pode gerar. Para o autor, ao contrário, é o reconhecimento de uma diferença essencial entre os dois sistemas que fornece a premissa para considerar as formas de vida econômica e sua articulação com o poder político. Assim, como nas sociedades simples os bens e recursos utilizados na produção são controlados diretamente pelos produtores, faltam as condições coercitivas para criar relações de dependência e diferenciação de poder. Ou seja, os meios de produção são apropriados socialmente como mecanismos de sustento e não de exploração econômica, estratificação social e subordinação política. No capitalismo, diferentemente, a separação entre produtores e meios de produção (colocando-os em relação de capital) permite a transformação do processo produtivo em matriz de diferenciação e hierarquização. Neste caso, o controle da produção gera poder.

Mas, então, qual seria a fonte de poder nas sociedades simples? Em que instância se cria e se mantém o mando do chefe tribal? Alguns autores buscaram uma resposta nas teorias de Thorkild Veblen (1944; original de 1899) sobre a classe ociosa e o consumo conspicuo. Seguindo esta linha,

vários antropólogos consideraram que, em economias primitivas com sobreproduto, os chefes (e sacerdotes), controlando o excedente, tornam-se uma camada ociosa e, através de mecanismos de ostentação (em particular o consumo), criam distinções em relação aos produtores diretos, obtendo poder político. Na seqüência das propostas de Veblen, Cora Du Bois (1936) elaborou um modelo para sociedades que praticam o consumo conspicuo em larga escala baseado em uma economia dual: um mesmo sistema social comportaria uma economia de prestígio, envolvendo bens luxuosos ou não-utilitários, cuja manipulação, disposição e consumo conferem estima e prestígio (esta seria uma economia aquisitiva, caracterizada pela desigualdade na detenção dos bens); de outro lado, incluiria ainda uma economia de subsistência, envolvendo bens materiais de primeira necessidade, com o fim de obter o sustento (a partilha e a cooperação seriam suas características). Proposto, a princípio, para o estudo dos índios Tolowa-Tututni, o esquema da economia dual foi generalizado para diversas outras sociedades por M. J. Herskovits (1952).

Para Sahlins, entretanto, o uso das idéias de Veblen seria insuficiente para superar as debilidades da teoria clássica, que assume uma analogia entre os mundos primitivo e moderno. Tratar-se-ia de um arremedo teórico que carece de uma resposta adequada à ausência da coerção econômica nas sociedades simples. Em primeiro lugar, porque a classe ociosa de Veblen é uma camada de capitalistas, pressupondo a propriedade privada dos meios produtivos e sua utilização como instrumento de exploração. Mas, principalmente, porque “os dados mostram que o prestígio é ganho e o poder é sustentado pela generosidade, por dar, ajuntar e distribuir, não por consumir; o chefe emerge não como um consumidor, mas como um distribuidor da riqueza tribal, uma função que efetiva a equalização do consumo e estimula muitos tipos de atividade tribal.” (Sahlins, 1960:397). Embora a ostentação demonstre e reforce as diferenças tanto sociais como políticas, ela não as cria.

Não é no acúmulo nem no controle produtivo direto das riquezas e nem, tampouco, no seu consumo conspicuo que se poderá, segundo Sahlins, identificar a matriz do poder da chefia tribal, mas no seu papel na distribuição dos recursos materiais: o que define o homem poderoso não é a posse da riqueza em si, mas seu uso em certas transações, que afetam a comunidade (p. 402): O incremento da distinção social e do poder político está associado ao desenvolvimento de uma economia tribal que transcende aquela das unidades domésticas. Deste modo, a economia de prestígio, onde trafegam insígnias de valor, e a economia de sustento são apenas dois aspectos — um tribal, outro intertribal — de uma mesma economia.

A chefia age como articuladora do processo e é sua função distributiva que confere prestígio ao líder, que sanciona suas demandas por bens, consolida sua posição e estimula o aumento da produtividade, superando a tendência centrípeta de uma produção governada pelo uso, não pela troca.

Ao retomar as teses de Karl Polanyi, Sahlins chama a atenção para o fato de a economia estar incrustada num conjunto inseparável de relações sociais, não conservando autonomia face a elas. É principalmente o vínculo com os laços de parentesco que define, nas sociedades simples, o desenrolar da vida material. Ora, como as relações de parentela são opostas à exploração econômica, seria difícil sustentar que o poder derivasse dela: "Onde as relações econômicas estão embutidas em uma estrutura de parentesco, estas relações são caracterizadas pela minimização da busca de ganho (e) maximização da ajuda mútua e cooperação" (1960:409).

A operação metodológica de Sahlins consistiu em deslocar a geração das relações de poder da posse da riqueza e do controle direto da produção para o espaço da distribuição dos bens e da alocação dos recursos. O que proponho, aqui, é que uma atitude semelhante ajude a compreender, ao menos, uma parte significativa das formas de exercício do poder na antiga Mesopotâmia, embora admita, desde logo, sua insuficiência. Escolhi um exemplo com que estou familiarizado para testar as possibilidades e os limites da abordagem.

Terra e poder: as articulações babilônicas

A cidade de Larsa foi alcançada pela expansão babilônica no sul mesopotâmico por volta de 1762 a.C., o 30^o ano do reinado de Hammurabi. Com a anexação, o palácio babilônico fez-se controlador de uma parcela considerável das terras de cultivo do reino derrotado.³ Para administrá-las, foi montada na cidade uma complexa estrutura funcional, que também prolongava suas ações a localidades vizinhas, como Ur. A distância, cerca de 200 quilômetros, e o sistema de decisões centralizadas fizeram com que o rei e alguns altos dignatários da administração palaciana em Babel enviassem várias cartas aos funcionários locais; são elas a nossa principal base documental.⁴

A ação palaciana sobre o território fértil de Larsa não foi homogênea. E cada uma de suas formas implicará, para nosso interesse, conjuntos diferentes de relações de poder, sendo necessário, pois, tratá-las separadamente. Não poderíamos quantificar, mas é certo que uma parte considerá-

vel das terras foi distribuída pelo rei aos seus servidores (sistema-ilkum); outra conservou-se sob o controle produtivo do palácio (sistema-biltum) e uma terceira compôs uma reserva a ser incorporada a um dos dois casos anteriores (A.ŠÁ ša rè-èš É.GAL-im ú-ka-a-lu = "campo à disposição do palácio"). Os procedimentos de classificação e controle eram tão padronizados e formalizados que se pode falar, propriamente, em sistemas de gerenciamento das terras palacianas em Larsa.

O primeiro é o sistema-ilkum. Através dele, o palácio babilônico promovia a concessão de lotes de terra fértil a um servidor ou, mais raramente, a uma equipe de trabalho, como forma de pagamento. Em ambos os casos, é notável a individualização do ato e a personificação das relações que o envolviam: o benefício era cedido nominalmente a indivíduos ou grupos, que já mantinham uma relação funcional com o palácio e, agora, eram inseridos em uma rede suplementar de dependências, suportada pela terra. Do mesmo modo, as obrigações eram igualmente pessoais⁵. Junto com o pedaço de terra, transferia-se também a responsabilidade de cultivo: a concessão suspendia o direito ao recebimento das rações alimentares⁶ e provia o funcionário de meios próprios de sustento, sem que isso provocasse qualquer contrapartida material, mas apenas lealdade (a completa ausência de tributação sobre estas terras consolidava sua autonomia econômica). No universo fundiário assim criado, o controle da atividade produtiva coube diretamente ao beneficiário da concessão. Alheia ao palácio — ainda que se erigindo em um solo eminentemente seu —, essa economia de pequena escala, centrada na exploração doméstica e orientada para a subsistência, representou uma parcela significativa da vida material em Larsa. Mas inexistiu nela uma coerção de tipo econômico que possibilitasse ao palácio a criação de relações de subordinação. Aquela coerção pôde ocorrer apenas em um momento posterior e entre o beneficiário e uma camada de dependentes econômicos (camponeses, escravos ou mesmo familiares), uma vez que o funcionário nem sempre cultivou diretamente a terra. Neste caso, abria-se caminho até mesmo para o surgimento ou consolidação de uma elite que fizesse da detenção da terra e de seu controle econômico a base para a obtenção da distinção social. Formou-se, assim, um modo de produzir cujas características essenciais estavam determinadas pela sua finalidade, a satisfação das necessidades elementares de subsistência do núcleo doméstico, e no qual "o sistema de autoconsumo supõe uma estreita correspondência entre o que se produz e o que é consumido, entre o sistema agrário e o regime alimentar" (H. Mendras, 1978:45). Todo o processo produtivo organizava-se em função dos interesses do grupo familiar, de suas demandas, de seus dese-

jos. Cultivar para nutrir-se, foi este seu fundamento. Todavia, que os termos "subsistência" e "autoconsumo" não nos enganem: produção voltada para as exigências da unidade doméstica não quer dizer exclusivamente uma produção para o uso direto e muito menos a inexistência de mecanismos de circulação, embora estes fossem sobredeterminados pela racionalidade do consumo. Uma tal "produção para aprovisionamento", como a chamou M. Sahlins (1968:75), compunha-se da produção direta para o uso, mas igualmente de uma produção para a troca. Ao contrário da ausência de circulação, o que vemos é uma troca generalizada entre indivíduos e grupos. Na falta ou na pouca importância do comerciante propriamente dito, cada produtor transforma-se em potencial negociador de bens, buscando a realização e a diversificação do próprio consumo. E nem sempre as intenções da troca estavam ligadas à aquisição de produtos materiais: a circulação funcionava, por vezes, como o suporte físico de um tráfego de valores abstratos e simbólicos, colocando em relação pessoas, famílias e instituições.⁷

Mas, ainda assim, seria excessivo pensar em conseqüências políticas maiores: os que compartilhavam do poder real conquistavam suas prerrogativas à margem do domínio econômico. Não seria adequado falar de uma aristocracia fundiária em sentido mais estrito. Em uma palavra, as distinções sociais geradas na posição dos grupos no processo produtivo não determinaram superioridades significativas em termos de poder.

De outro lado, já do ponto de vista da expansão babilônica, dois aspectos devem ser lembrados, além do óbvio desengano do sustento do quadro administrativo, proporcionado pela distribuição dos campos.

Em primeiro lugar, as concessões integravam o servidor no esforço material da instituição: era uma forma de levá-los a compartilhar do patrimônio produtivo real, bem como de fazer funcionar a própria produção. A concessão de campos fez de oficiais militares e dançarinos cômicos agentes econômicos com certo grau de integração na agricultura, da qual estavam, na prática, desligados: ela freava e invertia a tendência do quadro administrativo em se afastar da produção material. Fazendo-se um entrave à constituição de uma burocracia profissional típica — que, na concepção weberiana, estaria apartada dos meios de administração (inclusive do patrimônio produtivo estatal) —, o sistema-ilkum perpetuou um quadro funcional de caráter estamental, em que o corpo de servidores apropriava-se dos meios administrativos e das oportunidades econômicas deles advindas (M. Weber, 1991:152s). De outro lado, se a adesão à estrutura de poder deu ao funcionário algum controle dos meios de produção, este acesso, por sua vez, avigorou as dependências.⁸

Em Larsa — este é o segundo ponto — ocorreu uma ocupação produtiva do território conquistado. Houve ali uma efetiva colonização, com transferência de população, reordenamento dos antigos habitantes e aproveitamento agrícola do solo. Mas o modo como se deu o processo, importando mesmo inovações, apenas é compreensível se o vímos em compasso com outras transformações. Sabemos que, para um período mais recuado, os três primeiros quartéis do III^o milênio, prevaleceram durante muito tempo as idéias formuladas por A. Schneider (1920) e A. Deimel (1931), que procuravam explicar o conjunto da vida social e econômica suméria, no período dinástico arcaico, a partir de um total, ou quase total, domínio dos templos sobre as condições de produção. Assim, os criadores da tese do Templo-Estado (*Tempelstadt* ou *Tempelwirtschaft*) pensavam que esta instituição exercesse um extenso controle dos fatores naturais de produção (particularmente a terra, mas também os recursos hídricos), da mão-de-obra (agrícola ou não), da produção (de grãos e de outros bens), podendo dominar, ainda, a maior parte das trocas (locais e, especialmente, as de longa distância). Por decorrência, os templos concentrariam o poder e manteriam grande influência cultural sobre o conjunto da sociedade.³ Na esteira da mesma idéia, cristalizou-se a visão de que a vida material e toda a organização social, na fase neo-suméria (e, em menor grau, no interregno sargônico), foram dirigidas pela esfera estatal. O argumento definitivo foi, uma vez mais, o grau de controle sobre a terra. Para vários autores, a formação sócio-econômica do período da terceira dinastia de Ur era uma recomposição, adaptada às novas circunstâncias, dos mesmos princípios ordenadores vigentes no período sumério anterior. Além da bibliografia geral, o modelo explicativo logrou larga influência na literatura especializada: A. Falkenstein (1954); F. R. Kraus (1954); G. Pettinato (1968); J. N. Postgate (1972); H. Limet (1979); A. Tyumenev (1969), para citar alguns autores de tendências diversas.

Entretanto, no que diz respeito ao controle das terras, a documentação publicada a partir da década de cinquenta por autores como A. Falkenstein (1956/7; interessante, foi justamente ele que contribuiu, dois anos antes, para uma retomada, em termos francamente positivos, das teses de Deimel e Schneider), D. O. Edzard (1968) e J. Krecher (1974) tem servido a tentativas de reavaliação do papel das organizações complexas na vida material do período.

A partir daí, as novas abordagens seguiram duas linhas paralelas, mais concorrentes do que complementares, polarizando as pesquisas nas últimas décadas: de um lado, a partir dos trabalhos de I. J. Gelb, alguns

autores defenderam a existência e a relevância da apropriação privada das terras e do empreendimento econômico individual, desde os idos do III^o milênio (I. J. Gelb, 1969; W. F. Leemans, 1983; para o II^o milênio, ver W. F. Leemans, 1975; e, acentuando o incremento da propriedade privada na transição do III^o para o II^o milênio, G. Komoróczy, 1978); de outro, seguindo o caminho aberto por I. M. Diakonoff e sua equipe, vários estudiosos, particularmente soviéticos, enfatizaram a ação de um setor comunal ou privado-comunitário no controle do solo e na organização da produção agrícola (dentre os vários trabalhos de Diakonoff, os mais programáticos são: I.M. Diakonoff, 1972; 1974 e 1975; ver também I.M. Diakonoff, 1991; para o II^o milênio: I.M. Diakonoff, 1971 e 1975, além de N. V. Kozyreva, 1991; uma coletânea de trabalhos soviéticos, alguns nesta linha, foi feita por I. M. Diakonoff, 1969b).

Não é minha intenção, aqui, tomar posição no debate. Mas se admitirmos, para além das necessárias relativizações, o domínio de uma grande porção da terra de cultivo e de seus produtos pelos templos e palácios durante o III^o milênio, imediatamente surgirá o problema dos dispositivos de remuneração do quadro funcional e, também, de sustento de muitas camadas da população. Foram duas as respostas: parte das terras institucionais foi cedida a funcionários como campo de sustento (aí encontramos o antecedente sumério do sistema-ilkum); de outro lado, os templos e palácios organizaram um sistema de distribuição de rações, especialmente grãos (mas também pães, cerveja e outros alimentos, lá para as vestimentas e óleo para o azeite corporal). Em termos quantitativos, o predomínio da segunda forma de pagamento pode ser assumido com segurança. Com efeito, alguns dos documentos mais comuns provenientes dos finais do III^o milênio são listas de rações. Nesta época, a distribuição de víveres foi a característica marcante da relação entre as organizações complexas e o corpo social (I. J. Gelb, 1965:230ss.), sendo a concessão de campos de sustento secundária e irregular.¹⁰

Com o tempo, o sistema de rações decaiu. É verdade que não desaparece por completo: não são poucas as listas palacianas de distribuição de farinha, cevada, alimentos para o gado e outras provisões, datadas do reinado de Rim-Sin (W. F. Leemans, 1954: n^o 47-54 e 67). Hammurabi, em suas cartas, também menciona o costume (TCL VII, 11 e 17 e, indiretamente, OECT III,5). Entretanto, o procedimento tornou-se francamente minoritário e foi sendo substituído paulatinamente pela cessão de terras aos funcionários.¹¹ Não é casual que, neste momento, o tamanho dos campos de sustento tenha aumentado sistematicamente, tornando possível a alimentação de seu possuidor e de sua família (cf. J. Renger, 1990:22s.).

A transição do III^o para o II^o milênio foi marcada por alterações na relação das organizações complexas (cujo centro, agora, era o palácio) com seu quadro administrativo e, paralelamente, com a terra. Por razões ainda confusas,¹² o palácio deixou de gerenciar parte significativa da atividade agrícola e passou a centralizar uma menor quantidade de grãos. Como decorrência, foi-se desobrigando do sustento por rações de uma parcela do funcionalismo, transferindo-lhe, em contrapartida, meios de subsistência. A tendência é perceptível por toda Mesopotâmia, após a queda da terceira dinastia de Ur. As mudanças nas estratégias palacianas garantiram a continuidade na prestação dos serviços não agrícolas¹³ e, ao mesmo tempo, consolidaram uma nova gramática da sujeição, que não se baseava na coerção econômica, no controle direto da riqueza fundiária, no domínio das relações no interior do processo produtivo ou na exação de seus frutos, porém nas capacidades alocativas do palácio.¹⁴

Este é o ponto onde queria chegar: no sistema-ilkum, a terra não foi um capital palaciano investido para produzir bens que, apropriados diferenciadamente, garantissem relações de subordinação política. Nas tipologias sociológicas possíveis, o ilcum aproximou a sociedade babilônica daquelas comunidades simples em que os meios de produção eram controlados diretamente pelos produtores e onde sua disposição engendrava o poder da chefia. A diferença é que, na Mesopotâmia, a alocação foi atributo de instâncias altamente institucionalizadas, detentoras dos mecanismos de centralização e redistribuição.¹⁵

Em 1934, a antropóloga Lucy Mair defendia, a esse propósito, que, em circunstâncias produtivas precárias (restrições técnicas, dificuldades de transporte, armazenagem e troca), a distribuição da riqueza poderia ter maior impacto na definição das relações sociais do que o seu acúmulo e que a competição econômica poderia concentrar-se no controle de pessoas, mais do que de terras, capitais ou equipamentos (in: L. Mair, 1957:23ss.; cf. S.C. Humphreys, 1978:44). Em grande parte, isso é verdadeiro para a antiga Mesopotâmia, embora — como veremos a seguir — não esgote o problema. Em algumas situações, o controle direto dos meios produtivos, especialmente a terra, foi pouco importante ou até impossível, levando o palácio a inseri-los em um sistema de distribuição capaz de gerar relações de dependência: o ilcum foi sua forma concreta.

Produção material e produção do poder

Percebe-se logo a implicação teórica do que foi dito: se um conjunto de relações sociais (inclusive de poder) é gerado e se mantém na transfe-

rência dos bens (produtivos ou não), então, uma análise dos padrões de alocação, como a de Karl Polanyi, seria uma escolha mais fértil que outra centrada nas relações de produção, própria do marxismo.¹⁶

Entretanto, ao contrário do que Sahlins propôs para as sociedades simples, não parece ser possível compreender todo o quadro de poder na Mesopotâmia a partir somente da disposição da riqueza. Aqui, entramos no terreno dos limites da abordagem proposta: diferentemente da chefia tribal, as organizações complexas não obtêm seu poder político exclusivamente na alocação dos recursos — embora esta seja, como vimos demoradamente, uma fonte capital. É preciso olhar também para dentro do processo produtivo e descortinar outras matrizes do poder. Mas mesmo neste caso, não será possível simplesmente voltar-se ao marxismo ou, ainda menos, à economia política clássica. Se a antropologia substantivista apresenta deficiências no exame das relações de produção e de suas implicações sociais, tampouco aquelas alternativas — mais aptas a explicar o capitalismo — serão úteis para entender sociedades de tipo arcaico, como a mesopotâmica.

Isto se deve fundamentalmente à ambigüidade estrutural de sua formação histórica. Nela, de modo semelhante ao modelo "primitivo" de Sahlins, reproduziram-se meios de interação entre a economia e a política, cujo cerne foi a alocação da riqueza. Mas, ao mesmo tempo, existiram formas que não são inteligíveis pelas funções redistributivas, senão apenas pelas distinções intrínsecas ao processo de produção.

Mesmo nos inícios do II^o milênio, quando a ação econômica dos palácios e templos retraiu-se a fronteiras mais estreitas, estes continuaram controlando diretamente uma vasta extensão da vida material. Foi o que ocorreu em Larsa: paralelamente à cessão de campos, o palácio babilônico constituiu um enorme empreendimento agrícola nas terras confiscadas da região. Era o chamado sistema-biltum: adequando-se a uma cultura extensiva e organizada de cereais, as unidades produtivas eram bem maiores do que os lotes cedidos a funcionários¹⁷ e a administração era feita diretamente pelo palácio,¹⁸ que recolhia sua produção descontando os custos e a remuneração do pessoal envolvido. O controle palaciano da produção e a apropriação dos frutos por mecanismos fiscais mareavam o biltum.¹⁹ Em outros setores, o palácio também manteve o domínio sobre a atividade produtiva: por exemplo, o pastoreio de gado miúdo, de onde se obtinham lã e outros derivados.²⁰

Não discuto que também este domínio da produção e de suas relações foi uma das bases do poder palaciano na Mesopotâmia. A dificuldade, parece-me, está em caracterizar os elementos e definir-lhes a dinâmica

própria, sem anacronismos. Devo dizer que, quanto a isto, estamos em uma situação mais precária do que em relação às formas de poder associadas à redistribuição. Explica-se por vários motivos. Um deles é que a documentação relativa aos sistemas alocativos (incluindo a tributação) é mais benevolente. Em sua visão de mundo, os próprios mesopotâmicos enfatizaram, ao seu modo e por seus meios, os princípios distributivos de sua organização social. Que deviam mesmo ser predominantes, ao menos na esfera urbana (de onde provém, afinal, a quase totalidade de nossas fontes). Um pouco por tudo isso, os estudos concentraram-se nos aspectos de circulação, em detrimento da produção. Assim, apenas poderei apontar alguns caminhos possíveis.

Quando o palácio ou o templo assegurava o domínio dos meios de produção, do trabalho e dos seus frutos; quando, ainda, mantinha o produtor alienado do controle do processo e remunerava-o apenas pelo seu esforço, então, teríamos uma situação aparentemente similar ao que se passa no capitalismo moderno. No entanto, algumas diferenças devem ser lembradas. Em primeiro lugar, a relação com os produtores diretos por raro foi exclusivamente econômica. Antes de serem trabalhadores a serviço de um empreendimento material, aqueles eram súditos e servidores de um rei. Em geral, a relação de trabalho era apenas uma de um feixe que o indivíduo mantinha com a instituição — e nem sempre foi prioritária na definição de sua posição social. Não é surpreendente, portanto, que o trabalho assalariado (mais propriamente, alugado por tarefa ou período) fosse tão minoritário. Isto significa dizer que as subordinações geradas pela produção — quando ocorriam — não definiam os laços de dependência entre a sociedade e o palácio. O trabalho compulsório nos empreendimentos materiais das organizações complexas — fosse ele produtivo ou não — era apenas uma parte das submissões coercitivas, geradas, por sua vez, fora do âmbito econômico. O raciocínio é válido para a população em geral e, com maior ênfase, também para os membros do quadro funcional, cuja subordinação era primariamente extra-econômica e apenas secundariamente derivada da produção material.

Por outro lado, na ponta da produção, o consumo poderia igualmente suportar mecanismos de distinção, hierarquização e, em última instância, poder. O controle de parte da produção dava ao palácio e aos templos condições de manipular quantias elevadas de bens, que se somavam às provenientes das várias formas de tributação. Uma parte era usada na manutenção da própria estrutura, que agregava muitas camadas improdutivas. Outra, porém, era destinada a diversas formas de consumo conspícuo e investimentos ostentatórios.²¹

Através do consumo diferenciado, as instituições e os seus membros — em graus diversos — obtinham a deferência, o respeito e a admiração dos demais. Acumulava-se, assim, o crédito necessário ao jogo das representações sociais. A respeito do conceito sumério de consumo, Y. Rosengarten (1960: 9ss. e 345) observou a variedade dos sentidos expressos pela raiz verbal KÚ (“comer”, “sacrificar”, “utilizar” em sentido amplo), que remete a fenômenos tão diferentes da vida econômica e religiosa, mas que a mentalidade suméria percebia unidos por um elemento comum: a idéia de destruição. O homem do período babilônico antigo não estava longe deste mesmo universo de valores. Mas, em ambos os casos, talvez seja necessário acrescentar ao dispêndio conspícuo as várias formas de investimento ostentatório em objetos e estruturas arquitetônicas. Parte significativa dos recursos era convertida em jóias, ornamentos, mobílias, vestimentas, esculturas, prédios, que serviam de suporte físico aos procedimentos de obtenção de prestígio social e distinção política.²² As reservas de Sahlin à proposta de Veblen, expostas no início deste artigo, certamente não teriam sentido aqui. As organizações complexas mesopotâmicas fizeram de seus esforços materiais uma verdadeira “Prestigewirtschaft”, na expressão de J. Renger (1979a:255 e 1989:177s.).

Por fim, tanto quanto transformar terras em recursos produtivos, a manutenção de parte do solo à margem da agricultura também funcionou como mecanismo gerador de poder. Seria empobrecedor julgar estéril o acúmulo não produtivo de bens: a capacidade do palácio em arbitrar o destino do território e manter reservas foi uma das fontes de seu poder. Os dispositivos e os resultados não devem ter sido muito diferentes do entesouramento de qualquer outra riqueza; mas, quando se tratava de terras, reforçava-se ainda mais a imagem do palácio como detentor das condições de reprodução da própria existência material, de senhor da vida e da morte.

De fato, as organizações complexas foram as únicas instâncias capazes de extrair das relações de produção, do consumo diferenciado e do acúmulo de riquezas um potencial político suficiente para a condução do processo social. Outros — grupos ou indivíduos — poderiam obter, em situações similares, uma grande superioridade social, mas esta reverteu-se apenas em poderes muito tímidos. Duas forças contribuíram para sua limitação. A primeira emanava da tendência monopolista do palácio em termos de poder; uma de suas condições foi exatamente a absorção das capacidades do exercício das vontades das várias camadas sociais, mesmo as mais ricas materialmente e influentes socialmente. A segunda provinha de baixo, da própria comunidade munida de instrumentos de contenção

das coações de seus membros mais privilegiados. Na realidade, estes freios atuavam mesmo face ao palácio e seus representantes, servindo de aparato defensivo da comunidade.²³ Somados, os dois fatores cercearam a consolidação de uma camada de poderosos à margem dos palácios e dos templos e confirmaram, ainda, uma característica da sociedade mesopotâmica: a não sobreposição automática das superioridades (econômicas, sociais, políticas etc.).

Conclusão

O estudo das relações entre a terra e o poder na antiga Mesopotâmia demonstra que não há uma fonte única do mando e que, no âmbito da economia, diversas foram as formas de geração das subordinações políticas. A alocação dos recursos; controle direto da produção e seus frutos; consumo conspicuo e investimento ostentatório; entesouramento das riquezas: cada um destes processos — econômicos, mas não exclusivamente — comportou-se como matriz do poder palaciano e templário. De acordo com o momento, alguns foram mais importantes do que outros e nem sempre sua dinâmica foi a mesma. À análise histórica caberá identificar as composições e as mudanças que se sucederam. Do ponto de vista teórico, a diversidade das fontes econômicas do poder exigirá a alternância das estratégias analíticas. Alguma antropologia das sociedades simples poderá, como vimos, oferecer instrumentos de compreensão, que, todavia, deverão ser calibrados pela especificidade histórica da situação e pela documentação disponível. De outro lado, talvez até as disciplinas desenvolvidas para a explicação da moderna sociedade capitalista — do marxismo à teoria econômica clássica — tenham uma ou outra contribuição a dar, mas sob a condição de uma depuração que, temo, custaria o solapamento de suas convicções centrais. Confesso-me cético quanto à disposição destas últimas em ceder tanto. Por outro lado, o panorama atual permite um otimismo legítimo quanto a certas áreas da antropologia. Se, entre os “primitivos” e os “modernos”, existem tipos intermediários e peculiares de sociedades arcaicas, então, apenas um saudável empirismo teórico permitirá o refinamento dos conceitos e a criação das hipóteses adequadas ao seu entendimento.

Abreviaturas

AbB - Altbabylonische Briefe.

ANET - J. B. Pritchard (Ed.) - Ancient Near Eastern Texts Relating to the Old Testament. Princeton, 1955.

BA - Beiträge zur Assyriologie.

CAD - The Assyrian Dictionary of the University of Chicago. Chicago-Glückstadt, 1956ss.

CH - Código de Hammurabi.

IRSA - E. Sollberger & J.-R. Kupper - Inscriptions Royales Sumeriennes et Akkadiennes. Paris, 1971.

LIIH - L. King - The Letters and Inscriptions of Hammurabi. London, 1899-1900.

OECT - Oxford Editions of Cuneiform Texts.

RIA - Reallexikon der Assyriologie. Berlin-Leipzig, 1928ss.

TCL - Textes Cunéiformes du Louvre.

Notas

¹ Sobre este último aspecto, há algum tempo os trabalhos dos arqueólogos têm contribuído para superar a teoria de que a centralização política em um aparato de tipo estatal fosse um efeito da necessidade de organização dos esforços para a irrigação em larga escala (apenas para citar um clássico: K. A. Wittfogel, 1956:152ss.; 1957:11ss.): ao contrário, as escavações demonstraram que, desde muito cedo, o padrão irrigatório caracterizou-se mais por uma ação localizada, baseada em redes ramificadas de canais e de pequena escala; mesmo tendo, evidentemente, influência sobre a trajetória posterior dos organismos complexos, não poderia, porém, ser isolado como fator explicativo (cf. R. McC. Adams, 1971:601s.).

² Parece-me insustentável a recente tentativa de E. C. Stone e P. Zimansky (1995:92ss.) de minimizar o caráter centralizado e coercitivo da organização social dos inícios do segundo milênio através da interpretação dos resíduos do plano urbano de Maškan-Šapir. A preocupação dos autores em apontar formas de poder alternativas ao palácio é plenamente justificável, mas a existência de instâncias decisórias extrapalacianas não revogaria, por si só, a feição impositiva e centralizada da organização institucional (de fato, basta dizer que aquelas podem funcio-

nar como esferas de reprodução local de um poder central). Além de suas interpretações do material arqueológico não serem totalmente convincentes, as fontes escritas mostram uma certa excepcionalidade do caso: Maškan-Šapir foi, durante parte da dinastia de Larsa, uma segunda capital do reino, uma espécie de posto político avançado na região de Emutbal, ao norte, sendo governada, à época da expansão babilônica, por Sin-muballi, irmão de Rim-Sin, rei de Larsa. Ambos foram destronados por Hammurabi (grande parte das informações provém dos arquivos de Mari, ainda em curso de publicação; para um resumo ver M. Van De Mieroop, 1993:60s.).

³ As opiniões acerca do assunto são divergentes. E. Cuq expressa assim a sua: "Parece que se deva concluir que a conquista do reino de Larsa não teve por resultado a atribuição ao rei da Babilônia da totalidade das terras do país anexado: a propriedade privada dos habitantes foi respeitada. Apenas as terras pertencentes ao rei vencido incorporaram-se ao domínio real de Hammurabi." (1929:151). Contrariamente, L. Matouš afirma que "a terra, até então nas mãos de particulares, tornou-se propriedade real" (1949:145) e que os indícios apontam para um "confisco geral das terras" (ou uma interdição à alienação, concede em uma observação entre parênteses, cf. p. 146). Por sua vez, I. M. Diakonoff considera difícil ter ocorrido uma desapropriação expressiva sob Hammurabi, preferindo acreditar em proibições à alienação, que teriam inibido a liberdade de disposição existente na época de Rim-Sin e que retornaria sob Samsu-ilana (1971:18, n. 13; seguido por J. Klíma, 1983a:125, n.54). Mais recentemente, D. Charpin, opondo-se a Matouš, escreveu em favor da preservação dos níveis apropriativos familiares após a conquista, mas admitindo igualmente a possibilidade de restrições à circulação (1980:189). Em geral, os autores tentaram explicar o desaparecimento dos contratos de transferência de imóveis, freqüentes no período de independência de Larsa, como um efeito da conquista. No entanto, em um trabalho anterior (M. Rede, 1994:26ss.), demonstrei que os tipos de terrenos envolvidos nas transações (casas, quintais, construções em ruínas, pomares, terrenos baldios) eram diferentes dos campos de cultivo de cereais que aparecerão quase exclusivamente depois, nas cartas babilônicas (designados A.ŠA em sumério; oqlum em acadiano), ou seja, o universo espacial da ação apropriativa palaciana não foi concorrente com aquele da apropriação doméstica anterior. Os campos de cultivo individuais ou familiares não foram muito atingidos pela nova ordem pelo bom motivo de que já não eram numerosos antes. Por outro lado, em relação às demais áreas da apropriação doméstica, estas foram alcançadas por restrições à circulação, que devem ter sido impostas pelo novo governo: daí o desaparecimento dos contratos não ter, necessariamente, ligações com o confisco.

⁴ A maior parte das cartas reais foi colecionada e traduzida para o português por E. Bouzon, 1986. Alguns tablettes, já identificados como cartas de Hammurabi, encontram-se em várias instituições, mas ainda não foram publicados. É o caso de 17 cartas da Yale Babylonian Collection e do museu da Universidade de Michigan, cujas cópias cuneiformes, feitas por A. Goetze, saíram no volume XV da série YOS.

Mas há ainda outras peças; ver: M.J.Ellis, 1976:11,n.4 e W.W.Hallo, 1979:107,n.19. Novas cartas reais, que se encontram no British Museum, foram transcritas e traduzidas recentemente por W.H.Van Soldt no volume XIII da série *Altbabylonische Briefe* (AbB): *Letters in the British Museum*. Leiden, 1994. As cópias cuneiformes das várias cartas de funcionários encontram-se principalmente em TCL VII (tabletes do Louvre) e OECT III (tabletes do Ashmolean Museum de Oxford). Uma transcrição com tradução alemã foi publicada por F.R.Kraus no volume IV da série AbB: *Briefe aus dem Archive des Šamaš-šizir*. Leiden, 1968.

³ Já se notou, no âmbito das teorias da construção social do espaço, a tendência da sociedade capitalista moderna em criar relações impessoais através da territorialidade, enquanto que nas sociedades pré-capitalistas os efeitos das estratégias espaciais poderiam gerar, inversamente, relações pessoais (cf. R.D.Sack, 1986:47ss.).

⁶ OECT III,5: "Eles devem trabalhar o campo e não devem incomodar o palácio pelo seu sustento".

⁷ Um fenômeno já bem conhecido dos antropólogos (M. Mauss, 1988; B. Malinowski, 1973) e que, embora não tenha passado despercebido por alguns assiriólogos mais sensíveis (J. Renger, 1989:177 e 1990:24), ainda está por ser estudado.

⁸ Diferentemente, L. Milano (1989:91) considerou que "a disposição de um lote de terra [cedido pelo palácio] pode querer dizer o afrouxamento dos laços de dependência em relação à autoridade central". Poderia concordar parcialmente, mas apenas nos casos em que a situação de posse perdera suas características iniciais, como aquelas lembradas pelo autor: a manutenção hereditária ou a apropriação privada da concessão. São ambas, todavia, sinais de degeneração. O sistema-ilkum funcionava para solidificar dependências, não para abrandá-las.

⁹ Um sumário analítico da tese do Templo-Estado e das reações a ela, formuladas entre as décadas de 50 e 80, é feito por B. Foster (1981), que resume as posições divergentes de seus críticos (L. M. Diakonoff e I. J. Gelb, especialmente), relata as implicações das novas descobertas arqueológicas e textuais sobre o tema e, por fim, retoma o exame da mesma documentação que serviu de base para A. Deimel e A. Schneider, propondo interpretações que reforcem a oposição à teoria.

¹⁰ L. M. Diakonoff (1969a:22) considera que, durante a terceira dinastia de Ur, este tipo de terra quase desapareceu e o cultivo passou a ser feito diretamente por pessoal do palácio. Com efeito, G. Pettinato (1967:28) mostrou que, no mesmo período, os termos que indicavam campos de sustento (GĀNA KUR6) e de arrendamento (GĀNA.URU4.LÁ), embora continuassem existindo, foram suplantados pelo novo vocábulo que designava a terra sob o domínio direto das organizações complexas (o GĀNA.GUD, que vinha substituindo o termo mais antigo GĀNA.NIG.EN.NA, literalmente: "campo do senhor"), que era controlada por integrantes da estrutura estatal, como o ENSÍ, o ŠANGA, o ŠABRA, o DUB.SAR etc. (p. 35). Não é preciso dizer que o maior controle da produção estava intima-

mente ligado ao alargamento da distribuição de rações; o sistema permanecia vigoroso e manifestava-se de modos variados: por exemplo, a concessão de viveres a pessoas desamparadas, mulheres (talvez viúvas) e crianças, estudada por I. J. Gelb (1972).

¹¹ Para uma caracterização geral, ver L. Milano (1989:91 ss.), que enumera, com propriedade, um outro elemento do processo: o crescimento do sistema de assalariamento da mão-de-obra, cuja contratação era feita quer pelas organizações complexas, quer pelos empreendimentos domésticos.

¹² Embora sejam inadequadas as formulações de G. Pettinato (1968:40s.) acerca da associação entre uma pretensa mentalidade individualista e uma preferência pela propriedade privada com o grupo étnico semita, não se deve descartar a influência dos ingredientes mentais introduzidos com a chegada das novas populações numa Mesopotâmia predominantemente suméria. Mas seria preciso considerar, igualmente, uma série de fatores, gerais ou particulares, que podem ter influenciado o processo: a diminuição dos rendimentos fundiários devida à salinização das terras (D. Anau, RLA, VI:498; que retoma a clássica tese de Th. Jacobsen e R. McC. Adams, 1974, original de 1958) e a decorrente queda dos valores de venda e de arrendamento dos campos de cultivo (o único estudo disponível refere-se ao norte mesopotâmico: H. Farber, 1978:29s.; cf. N. Yoffee, 1988:53); as consequências arrasadoras das alterações ambientais em algumas regiões do norte, a partir de 2200, causadas possivelmente por atividades vulcânicas na Anatólia e que implicaram a decadência da agricultura de chuva e forçaram o deslocamento de populações para os vales meridionais (H. Weiss et alii, 1993:995-1004); por fim, as contingências do próprio movimento de expansão babilônica, que podem ter ocasionado a escassez de prata para remunerar os envolvidos, levando a uma agrarização da sociedade (G. Gossens, 1965:351), e impuseram ao modelo de ocupação de Larsa as exigências pela distribuição de terra dos servidores de Hammurabi (cf. M. J. Ellis, 1976:45). Em todo caso, para além das pressões de fundo, foram os impulsos advindos da esfera de poder que determinaram o intumescimento ou a retração do domínio palaciano sobre as terras (cf. C. Zaccagnini, 1981:30).

¹³ A etimologia do termo *ilkum* preserva os ecos da ligação com o serviço devido pelo recebimento do campo: vem da mesma raiz do verbo *alākum*, que significa ir, na acepção de realizar tarefas, implicando, em geral, o cumprimento de uma obrigação (CAD vol. I/J:73; RLA, V:52s.). O princípio geral do sistema foi a inquebrantabilidade dos laços entre o funcionário, a terra e o serviço: daí a inalienabilidade do lote (CH: §§ 36 e 37), as interdições à herança (CH: § 38) e as proibições de substituição nas tarefas (CH: §§ 28 e 33). Mesmo quando se permitiu a transferência do campo, foi apenas mediante a garantia da continuidade do serviço (CH: §§ 30, 31e 40; cf. a carta TCL VII, 38).

¹⁴ No caso de Larsa, a política de dependência reforçada nos mecanismos de territorialidade funcionou também na cooptação dos autóctones pelo novo senhor. Na ocupação, houve um notável esforço de continuidade, de que são exemplos as

autorizações para que os antigos funcionários permanecessem em seus campos de sustento (OECT III, 37, do arquivo de Lu-Nirurta; talvez TCL VII,24 e 43). Sabe-se que Hammurabi empenhou-se em mostrar-se como sucessor de Rim-Sin, não como um conquistador estrangeiro (D. Charpin, 1980:184). Também na religião e nos cultos as permanências são visíveis (D. Arnaud,1976:78).

¹⁵ Alguns aspectos que, nos grupos simples, são percebidos nas relações de reciprocidade, aqui aparecem no âmbito da redistribuição. Daí uma possibilidade de analogia funcional — e uma certa confusão terminológica — entre a noção de redistribuição de K. Polanyi (1975; original de 1957) e certos tipos específicos de reciprocidade organizada em M. Sahlins (1968) e E. Service (1971).

¹⁶ Mais localizadamente, outras questões separam a antropologia econômica substantivista de Polanyi da teoria marxista: por exemplo, as noções de escassez e de excedente econômico (cf. H. W. Pearson,1975). Para uma tentativa de conciliação entre os dois métodos, ver Cl. Meillassoux (1977:21ss. original de 1960; cf. G.Civile,1981.89ss.); mas considerar as reservas de S. C. Humphreys (1978.63s.).

¹⁷ Enquanto o tamanho dos lotes distribuídos concentrava-se normalmente entre 1 e 10 BÜR (6,48 a 64,8 hectares), os campos-biltum podiam chegar, segundo dados da correspondência real, a 60 BÜR (388,8 hectares) (Cf. M.Rede - 1994:57ss.; tabelas 1 e 2; gráfico 1).

¹⁸ O modo como o palácio fazia cultivar os campos-biltum assemelhava-se muito a um arrendamento da instituição para o funcionário. Mas isso não deve permitir a confusão com o arrendamento propriamente dito, pois no biltum é o palácio o responsável pelo processo produtivo, pela mão-de-obra, sementes e equipamentos empregados, além da tributação (o melhor estudo é M. J. Ellis,1976:26ss.).

¹⁹ O montante de grãos gerados nesses campos em elevado: numa carta (TCL VIII,23), Hammurabi refere-se a uma biltum (aqui, significando obrigação, pagamento) de 10.800 GUR de cevada (nada menos que 3.240.000 litros). Em outra (LIH I,33), cobra o atraso de 3.600 GUR (1.080.000 litros), que já deveriam ter chegado a Babel.

²⁰ O investimento seguia uma tradição larsiana anterior à conquista. Aqui, igualmente, a produção deve ter sido elevada: por uma carta (LIH I,25) sabemos que mil homens não seriam suficientes para a tosquia das ovelhas. Ao menos parte da lã babilônica era exportada para Mari (cf. O. Rounault, 1977:147ss.). Babel também recebia lã das províncias pastoricias do norte, como Karana (cf. S. Dailey,1977:157) e a atividade lanígera continuou importante sob os sucessores de Hammurabi (cf. N. Yoffee,1977:133ss.).

²¹ Estou convencido de que se entenderia melhor o papel do tamkârum ("mercador") na sociedade babilônica se se considerasse a necessidade de diversificar o consumo no interior da economia palaciana. Em Larsa, os tamkârûy atuavam no financiamento do cultivo; auxiliavam na coleta da produção; providenciavam a transferência de recursos; transformavam prata e produtos excedentes em mais

prata ou produtos demandados. Proviam, assim, o abastecimento do palácio com bens não produzidos internamente, às vezes importados de regiões distantes. Muitos seriam usados em atividades ostentatórias.

²² A própria paisagem urbana foi uma expressão da política suntuária. O pouco que se conhece do sítio de Babel da época de Hammurabi mostra bem o investimento palaciano na construção e reparação de estruturas monumentais, especialmente templos (J. Renger, 1979b:207). Em Larsa não foi diferente: em uma inscrição Hammurabi nomeia-se "o construtor do É.BABBAR, o templo de Šamaš em Larsa" (IRSA IV C6a; cf. CH IIa 32-36), certamente um exagero retórico para comemorar a reforma do edifício já existente. Nas cartas, o rei fala das estátuas divinas dos templos (LIH I,34 e BA IV:97) e uma fórmula de datação refere-se aos tronos das deusas (ANET:270). O artesanato em material raro e custoso ocupou um lugar de destaque: o conteúdo de um jarro encontrado no próprio É.BABBAR, datando do reinado de Samsu-iluna, fornece bem a amostra; o recipiente, provavelmente pertencente ao ourives Iššu-ibnišū, continha hematita, ágata, cornalina, lápis-lazúli, bronze, prata e ouro, trabalhados ou em bruto (D. Arnaud, J. Calvet & J.-L. Huot, 1979:51ss.). Evidentemente, este material precioso constituía também um entesouramento de recursos, que poderiam ser mobilizados em caso de necessidade.

²³ Dedico um capítulo a este problema em M. Rede, 1994:300ss.

Bibliografia Citada

- ADAMS, R. Mcc. "Early Civilizations, Subsistence and Environment"
In: STRUEVER, S. (Ed.) *Prehistoric Agriculture*. New York, 1971.
- ARNAUD, D. "Larsa: Catalogue des Textes et Objets Inscrits Trouvés au
Cours de la Sixième Campagne" In: *Syria*, Vol. LIII, N° 1-2 (47-81),
1976.
- ARNAUD, D., Calvet, J. & Huot, J.-L. "Iššu-ibnišū, Orfèvre de l'E.
Babbar de Larsa. La Jarre L7677 et son Contenu" In: *Syria*, Vol.
LVI, N° 1-2 (1-64), 1979.
- BOUZON, E. *As Cartas de Hammurabi*. Petrópolis, 1986.
- CHARPIN, D. *Archives Familiales et Propriété Privée en Babylonie
Ancienne: Étude des Documents de "Tell Sif"*. Genève, 1980.
- _____. *Le Clergé d'Ur au Siècle d'Hammurabi (XIXe - XVIIIe Siècles Av.
J.-C.)*. Genève-Paris, 1986.
- CIVILE, G. - *Introduzione all'Antropologia Economica*. Napoli, 1981.

- CUQ, E. *Études sur le Droit Babylonien, les Lois Assyriennes et les Lois Hittites*. Paris, 1929.
- DALLEY, S. "Old Babylonian Trade in Textiles at Tell Al Rimah" In: *Iraq*, Vol. XXXIX (155-159), 1977.
- DEIMEL, A. "Sumerische Tempelwirtschaft zur Zeit Urukaginas und seine Vorgänger" In: *Analecta Orientalia*, N° 2 (71-113), 1931.
- DIAKONOFF, I.M. "Main Features of the Economy in the Monarchies of Ancient Western Asia" In: Finley, M.I. (Ed.) *The Ancient Empires and the Economy*. Third International Conference of Economic History (1965). Paris, 1969a.
- _____. *Ancient Mesopotamia. Socio-Economic History. A Collection of Studies by Soviet Scholars*. Moscow, 1969b.
- _____. "On the Structure of Old Babylonian Society" In: Klengel, H. (Ed.) *Beiträge zur Sozialen Struktur des Alten Vorderasien*. Berlin, 1971.
- _____. "Socio-Economic Classes in Babylonia and the Babylonian Concept of Social Stratification" In: Edzard, D. O. (Ed.) *Gesellschaftsklassen im Alten Zweistromland und in den Angrenzenden Gebieten*. XVIII Rencontre Assyriologique Internationale (1970). München, 1972.
- _____. "Structure of Society and State in Early Dynastic Sumer" In: *Monographs of the Ancient Near East*, Vol. I, N° 3 (6-16), 1974.
- _____. "The Rural Community in the Ancient Near East" In: *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, Vol. XVIII, Parte 2 (121-133), 1975.
- _____. "The City-States of Sumer" In: Diakonoff, I. M. (Ed.) *Early Antiquity*. Chicago-London, 1991.
- DU BOIS, C. "The Wealth Concept as an Integrative Factor in Tolowa-Tututni Culture" In: *Essays in Anthropology Presented to A.L. Kroeber*. Berkeley, 1936.
- EDZARD, D. O. *Sumerische Rechtsurkunden des III Jahrtausends aus der Zeit vor der III Dynastie von Ur*. München, 1968.
- ELLIS, M. J. *Agriculture and the State in Ancient Mesopotamia. An Introduction to Problems of Land Tenure*. Occasional Publications of the Babylonian Fund, Vol. I Philadelphia, 1976.

- FALKENSTEIN, A. "La Cité-Temple Sumérienne" In: *Cahiers d'Histoire Mondiale*, Vol. I, N° 3 (784-814), 1954.
- _____. *Die Neusumerischen Gerichtsurkunden*. 3 vol. München, 1956-1957.
- FARBER, H. "A Price and Wage Study for Northern Babylonia during the old Babylonian Period" In: *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, Vol. XXI, Parte I (1-51), 1978.
- FIRTH, R. *Elementos de Organização Social*. Rio de Janeiro, 1974.
- FOSTER, B.R. "A New Look at the Sumerian Temple-State" In: *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, Vol. XXIV, Parte 3 (225-241), 1981.
- GELB, I. J. "On the Alleged Temple and State Economies in Ancient Mesopotamia" In: *Studi in Onore di E. Volterra*, Vol. VI. Milano, 1969.
- _____. "The Arua Institution" In: *Revue d'Assyriologie et Archéologie Orientale*, N° 66 (1-32), 1972.
- GOOSSENS, G. "Asie Occidentale" In: *Histoire Universelle*. Vol. I. Encyclopedie de la Pléiade. Paris, 1965.
- HALLO, W. W. "God, King and Man at Yale" In: Lipinski, E. (Ed.) — *State and Temple Economy in the Ancient Near East*, Vol. I. Leuven, 1979.
- HERSKOVITS, M. J. *Economic Anthropology*. New York, 1952.
- HUMPHREYS, S. C. *Anthropology and the Greeks*. London, 1981.
- JACOBSEN, Th. & Adams, R. McC. "Salt and Silt in Ancient Mesopotamian Agriculture" In: Sabloff, J.A. & Lamberg-Karlovsky, C. C. (Eds.) *The Rise and Fall of Civilizations. Modern Archaeological Approaches to Ancient Cultures*. Menho Park, 1974.
- KLÍMA, J. "La Communauté Rurale dans la Babylonie Ancienne" In: Théodoridès, A. (Ed.) *Les Communautés Rurales*. Colóquio de Varsóvia (1976). Recueils de la Société Jean Bodin, Vol. 41, Paris, 1983.
- KOMORÓCZY, G. "Landed Property in Ancient Mesopotamia and The Theory of So Called Asiatic Mode of Production" In: *Oikumene*, N° 2 (9-26), 1978.

- KOZYREVA, N.V. "The Old Babylonian Period of Mesopotamian History" In: Diakonoff, I. M. (Ed.) *Early Antiquity*. Chicago-London, 1991.
- KRAUS, F.R. "Le Rôle des Temples depuis la Troisième Dynastie d'Ur jusqu'à la Première Dynastie de Babylone" In: *Cahiers d'Histoire Mondiale*, Vol. I, N° 3 (518-545), 1954.
- KRECHER, J. "Neue Sumerische Rechtsurkunden des 3. Jahrtausends" In: *Zeitschrift für Assyriologie und Vorderasiatische Archäologie*, N° 63 (145-271), 1974.
- LEEMANS, W.F. *Legal and Economic Records from the Kingdom of Larsa*. Leiden, 1954.
- _____. "The Rôle of Landlease in Mesopotamia in the Early Second Millenium B. C." In: *Journal of The Economic and Social History of the Orient*, Vol. XVIII, N° 2 (134-145). 1975.
- _____. "Trouve-t-on des 'Communautés' Rurales dans l'Ancienne Mésopotamie?" In: Théodoridès, A. (Ed.) *Les Communautés Rurales*. Colóquio de Varsóvia (1976). Recueils de la Société Jean Bodin, Vol. 41. Paris, 1983.
- LIMET, H. "Le Rôle du Palais dans l'Economie Néo-Sumérienne" In: Lipinski, E. (Ed.) *State and Temple Economy in the Ancient Near-East*. Vol. I. Leuven, 1979.
- LIPINSKI, E. (Ed.) *State And Temple Economy in the Ancient Near East*. 2 Vol. *Orientalia Lovaniensia Analecta*. Vol. V e VI. Leuven, 1979.
- MAIR, L. "The Growth of Economic Individualism" In: *Studies in Applied Anthropology*. London, 1957.
- MALINOWSKI, B. *Los Argonautas del Pacífico Occidental*. Barcelona, 1973.
- MARGUERON, J.-Cl. *Les Mesopotamiens*. Paris, 1991.
- MATOUŠ, L. "Les Contrats de Partage de Larsa Provenant des Archives d'Iddin-Amurum" In: *Archiv Orientalní*, Vol. XVII, N° 2 (142-175), 1949.
- MAUSS, M. *Ensaio sobre a Dádiva*. Lisboa, 1988.

- MEILLASSOUX, Cl. "Essai d'Interprétation du Phénomène Économique dans les Sociétés Traditionnelles d'Auto-Subsistance" In: *Terrains Et Théories*. Paris, 1977.
- MENDRAS, H. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro, 1978.
- MIEROOP, M. Van De "The Reign of Rim-Sin" In: *Revue d'Assyriologie et d'Archéologie Orientale*, N° 87 (47-69), 1993.
- MILANO, L. "Le Razioni Alimentari nel Vicino Oriente Antico: per un'Articolazione Storica del Sistema" In: Dolce, R. & Zaccagnini, C. (Eds.) *Il Pane del Re. Accumulo e Distribuzione dei Cereali nell'Oriente Antico*. Studi di Storia Antica, Vol. XIII. Bologna, 1989.
- PEARSON, H.W. "L'Économie n'a pas de Surplus: Critique d'une Théorie du Développement" In: Polanyi, K. & Arensberg, C. (Eds.) *Les Systèmes Économiques dans l'Histoire et dans la Théorie*. Paris, 1975.
- PETTINATO, G. *Untersuchungen zur Neusumerischen Landwirtschaft*. Vol. I. Napoli, 1967.
- _____. "Il Binomio Tempio-Stato e l'Economia della Seconda Dinastia di Lagas" In: *Analecta Orientalia*, N° 7 (39-50), 1968.
- POLANYI, K. "L'Économie en tant que Procès Institutionnalisés" In: Polanyi, K. & Arensberg, C. (Eds.) *Les Systèmes Économiques dans l'Histoire et dans la Théorie*. Paris, 1975.
- POSTGATE, J.N. "The Role of the Temple in the Mesopotamian Secular Community" In: Ucko, P. P.; Tringham, R. & Dimbleby, G. W. (Eds.) *Man, Settlement and Urbanism*. London, 1972.
- REDE, M. *A Apropriação do Universo Material — O Controle do Espaço em Larsa durante o Período Babilônico Antigo*. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Federal Fluminense, 1994.
- RENGER, J. "Interaction of Temple, Palace and 'Private Enterprise' in Old Babylonian Economy" In: Lipinski, E. (Ed.) *State and Temple Economy in the Ancient Near East*. Vol. I. Leuven, 1979a.
- RENGER, J. "The City of Babylonian during the Old Babylonian Period" In: *Sumer*, Vol. XXXV, N° 1-2 (209-204), 1979b.
- _____. "Das Privateigentum an der Feldflur in der Altbabylonischen Zeit" In: Brentjes, B. (Ed.) *Das Grundeigentum in Mesopotamien* Jahrbuch für Wirtschafts Geschichte. Berlin, 1988.

- _____. "Probleme und Perspektiven einer Wirtschaftsgeschichte Mesopotamiens" In: *Saeculum*, N° 40, Vol. II, 1989.
- _____. "Different Economic Spheres in the Urban Economy of Ancient Mesopotamia" In: AERTS, E. & KLENGEL, H. (Eds.) *The Town as Regional Economic Centre in the Ancient Near East. Proceedings Tenth International Economic History Congress (1990). Studies in social and Economic History. Vol. XX. Leuven. 1990.*
- _____. "On Economic Structures in Ancient Mesopotamia" In: *Orientalia*, Nova Série, Vol. 63, N° 3 (157-208), 1994.
- ROSENGARTEN, Y. *Le Concept Sumérien de Consommation dans la Vie Économique et Religieuse*. Paris, 1960.
- ROUAULT, O. "L'Approvisionnement et la Circulation de Laine à Mari d'après une Nouvelle Lettre du Roi à Mukannisum" In: *Iraq*, Vol. XXXIX (147-153), 1977.
- SACK, R.D. *Human Territoriality – Its Theory And History*. Cambridge Studies in Historical Geography, n° 7. Cambridge, 1986.
- SAHLINS, M.D. "Political Power and the Economy in Primitive Society" In: DOLE, G. E. & CARNEIRO, R.A. (Eds.) *Essays in the Science of Culture in Honor of Leslie A. White*. New York, 1960.
- _____. *Tribesmen*. New Jersey, 1968.
- SERVICE, E.R. - *Os Caçadores*. Rio De Janeiro. 1971
- SCHNEIDER, A. - *Die Anfänge der Kulturwirtschaft. Die Sumerische Tempelstadt*. Plenge Staatswissenschaftliche Beiträge. Vol. IV. Essen. 1920
- SILVER, M. "Karl Polanyi and Markets in the Ancient Near East: The Challenge of Evidence" In: *The Journal of Economic History*. Vol. XIII, N° 4 (795-829), 1983.
- _____. *Economic Structures of the Ancient Near East*. London-Sydney, 1985.
- STONE, E.C. & ZIMANSKY, P. "The Tapestry of Power in a Mesopotamian City" In: *Scientific American*. Abril (92-97), 1995.
- THURNWALD, R. *Economics in Primitive Communities*. London, 1932.
- TYUMENEV, A.I. "The State Economy In Ancient Sumer" In: Diakonoff, I.M. (Ed.) - *Ancient Mesopotamia*. Moscow, 1969.

- _____. "The Working Personnel on the Estate of the Temple of⁹BA-U in Lagas during the Period of Lugalanda and Urukagina (25th-24th Cent. B.C.)" In: Diakonoff, I.M. (Ed.) - *Ancient Mesopotamia*. Moscow, 1969.
- VEBLEN, Th. *Teoría de la Clase Ociosa*. Ciudad de México, 1944.
- WEBER, M. *Economía e Sociedade*. Vol. I. Brasília, 1991.
- WEISS, H. et alii "The Genesis and Collapse of Third Millennium North Mesopotamian Civilization" In: *Science*. Vol. 261 (995-1004), 1993.
- WITTFOGEL, K.A. "The Hydraulic Civilizations" In: Thomas, W.L. (Ed.) *Man's Role in Changing the Face of Earth*. Chicago, 1956.
- _____. *Oriental Despotism. A Comparative Study of Total Power*. New Haven, 1957.
- YOFFEE, N. *The Economic Role of the Crow in the Old Babylonian Period*. Los Angeles, 1977.
- _____. "The Collapse of Ancient Mesopotamian States and Civilization" In: Yoffee, N. & Cowgill, G.L. (Eds.) *The Collapse of Ancient States and Civilizations*. Tucson, 1988.
- ZACCAGNINI, C. "Modo di Produzione Asiatico e Vicino Oriente Antico. Appunti per una Discussione" In: *Dialoghi di Archeologia*, N° 3, Nova Série (3-65), 1981.